

# Receita para perder a guerra

MIRIAM LEITÃO

**C**omeçou de novo. Os jornalistas da área econômica já viram isto. Precisamente cinco vezes nos últimos seis anos. É difícil saber exatamente como se forma o consenso. Mas, de repente, empresários, banqueiros, executivos do mercado financeiro, homens de vendas, economistas — talvez, sobretudo estes — começam a apostar no choque. Melhor, a pedir um choque.

Só o primeiro plano, o Cruzado, pegou a maioria desprevenida. Os outros foram meio óbvios. Todo mundo sabia, por exemplo, que o ministro Bresser Pereira faria um choque. Mesmo quem não tivesse lido seus livros, ouvira algo sobre suas entrevistas em que elogiava e apontava algumas falhas no plano anterior. Assim, foi fácil descobrir que o plano viria, com um aperto nos salários e uma prévia desvalorização do câmbio. Para saber o dia exato, era só acompanhar os embarques do professor Francisco Lopes para Brasília.

Depois veio o ministro Mailson, tirado do coração da burocracia, e garantindo servir aos brasileiros apenas o magro cardápio do arroz com feijão. Um ano depois, com a inflação parada no perigoso patamar dos 25%, o paladar do Governo ficou mais exigente. O presidente quis experimentar de novo o tempero da popularidade. Para saber o dia exato do novo plano, era só acompanhar o surto de reuniões, de que fora acometida a equipe, e ficar de olho no calendário.

Todo mundo havia aprendido que o melhor dia para um choque é sexta-feira, perto da virada da quinzena. É o momento certo para alquimias que criam vetores e fazem sumir porcentos dos salários. A questão é que o calendário mostrava que o dia ideal cairia sobre uma assombrosa sexta-feira, 13. Fácil supor, portanto, que isto seria demasiada ousadia para o supersticioso Sarney. Ganhou quem botou suas fichas no domingo, 15 de janeiro de 1989.

Não é engenharia de obra feita. Quem se der ao trabalho de rever os jornais da época verá como foram de polichinelo os segredos do verão. Uma jornalista chegou a perguntar ao então ministro Mailson sobre sua agenda para o domingo dia 15. Ele jurou que passaria o dia santo descansando. Jura falsa.

Nada difícil também foi prever que o novo presidente, que assumiria em

março de 90, atacaria a desembestada inflação do fim da era Sarney, a golpes de judô, confiscos e congelamentos. O que pouca gente acreditava é que ele iria tão longe no sacrifício pedido aos brasileiros. E que adiantaria tão pouco.

Até o Collor II, aquele plano anunciado antes de ser feito, na feliz definição do professor Dionísio Carneiro, também não surpreendeu os mais atentos. Afinal, o eufemismo "política de rendas" começou a aparecer com muita frequência nas entrevistas que a equipe concedia no meio de uma nova febre de reuniões.

Estariamos indo, agora, para a terceira tentativa de estabilização, via choque, do Governo Collor? A maioria dos empresários sustenta que sim. Como sempre mordaz, o deputado Delfim Netto já batizou a criança. Seria o Plano Solução. Na última semana, apenas um empresário, dos vários com quem falei, disse que não trabalha com a hipótese de um choque. E disse isso de um jeito curioso: "Infelizmente, não vai haver coisíssima alguma."

O cenário em que acreditam é mais ou menos o seguinte: sem outra alternativa, o presidente deixaria sangrar aos poucos sua credibilidade durante a CPI. No começo do segundo semestre, se salvar a pele e o mandato, ele faria "alguma coisa". E porque está em moda, todos repetem que esta "coisa" será a dolarização. E poucos se dão ao trabalho de fazer contas, conferir a viabilidade técnica,

ver as condições específicas do Brasil.

O ministro da Economia, católico praticante, e o presidente do Banco Central, por sua fé econômica, repetem que não haverá choque. Que não paguem os justos pelos pecadores, mas isso não parece suficiente: outros já mentiram muito no passado. Não se sabe se o confessor do ministro é do tipo ortodoxo, que não abona sequer mentira justificada. Se for, os cenaristas abrem a hipótese de um Collor III com novo ministro e novo presidente do Banco Central.

Acreditando-se nas apostas do mercado financeiro e nas explicações dadas pelos entendidos, a dolarização seria decretada por uma espécie de efeito Orloff duplo. Feita porque deu certo na Argentina, e porque também lá o presidente livrou-se assim das denúncias de corrupção que paralisavam o Governo e dividiam a família Menem. E o mesmo que dizer que o país está condenado a um fatalismo mimético: repetir sempre as experiências do vizinho menor, mais fraco, menos industrializado e há mais tempo no desvio recessivo.

Fazer um plano econômico com motivações e limites políticos é certamente o caminho mais curto para o desastre. E exatamente assim que se perde a guerra econômica: acreditando que o mais importante é vencer a próxima batalha política.

Miriam Leitão é colunista de economia do GLOBO.

Marcelo

